

SUMÁRIO

Parte I

LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Capítulo 1 – O PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL	33
1.1. Estrutura e funcionamento do Poder Judiciário	33
1.2. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	35
1.3. A legislação de organização judiciária do Distrito Federal.....	35
Capítulo 2 – A LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DF	37
2.1. A composição do TJDFT	39
2.2. Competência do TJDFT (art. 8º da LOJDFT)	42
2.2.1. Competência jurisdicional do TJDFT	44
2.2.2. Competência administrativa do TJDFT	51
Capítulo 3 – ADMINISTRAÇÃO DO TJDFT	53
3.1. Regras gerais da eleição para os cargos da Administração Superior e respectivas substituições.....	54
3.2. As atribuições do Presidente, do Primeiro Vice-Presidente e do Segundo Vice-Presidente e do Corregedor	55
Capítulo 4 – PROCEDIMENTO E JULGAMENTO NO TRIBUNAL.....	59
Capítulo 5 – DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO NO DISTRITO FEDERAL	61
5.1. Composição do primeiro grau de jurisdição	61
5.2. Tribunal do Júri.....	66
5.3. Vara Criminal	67

5.4.	Vara de Entorpecentes e Contravenções Penais	68
5.5.	Vara de Delitos de Trânsito.....	69
5.6.	Vara de Execuções Penais.....	70
5.7.	Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas (VEMPEMA) ...	72
5.8.	Vara Cível	73
5.9.	Vara da Fazenda Pública	74
5.10.	Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais e de Conflitos Arbitrais.....	78
5.11.	Vara de Família.....	79
5.12.	Vara de Órfãos e Sucessões.....	81
5.13.	Vara da Infância e da Juventude	83
5.14.	Vara de Registros Públicos	85
5.15.	Vara de Precatórias.....	85
5.16.	Vara de Falências e Concordatas.....	86
5.17.	Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário..	87
5.18.	Vara de Execução Fiscal.....	87
5.19.	Justiça Militar do Distrito Federal	88
5.20.	Juizado Especial Cível e Criminal	90
Capítulo 6 – DOS MAGISTRADOS DO DISTRITO FEDERAL.....		93
6.1.	Juízes de Direito	93
6.2.	Juízes de Direito Substitutos	94
6.3.	Substituições	95
6.4.	Juízes de Paz.....	98
6.5.	Normas gerais	98
6.6.	Provimento dos cargos.....	99
6.6.1.	Preenchimento dos cargos de Juiz de Direito (Titular)..	100
6.6.2.	Provimento de cargo de Desembargador.....	103
6.7.	A antiguidade dos juízes.....	106
6.8.	Férias, recessos e feriados.....	108
6.9.	Ajuda de custo.....	110
6.10.	Deveres e sanções.....	110
Capítulo 7 – DOS SERVIÇOS AUXILIARES.....		111
7.1.	Dos Ofícios Judiciais	113

7.1.1.	Cartório das Varas	113
7.1.2.	Cartório de Registro de Distribuição	114
7.1.3.	Serviço de Distribuição de Mandados	115
7.2.	Dos Diretores de Secretaria, Oficiais de Justiça, Contadores-Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos	116
7.3.	Dos Serviços Notariais e de Registro no Distrito Federal	117

Capítulo 8 – DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO DF E DOS TERRITÓRIOS	121	
8.1.	Regime jurídico e provimento dos cargos	121
8.2.	Disposições gerais.....	122

Parte II

PROVIMENTO GERAL DA CORREGEDORIA APLICADO AOS JUÍZES E OFÍCIOS JUDICIAIS

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO	127
--------------------------------------	-----

Capítulo 2 – DOS JUÍZES	129
--------------------------------------	-----

2.1.	Atribuições administrativas do Juiz.....	129
2.2.	Dos elogios	130

Capítulo 3 – DOS OFÍCIOS JUDICIAIS.....	133
--	-----

3.1.	As Varas de Natureza Cível	133
3.1.1.	As audiências de conciliação e de instrução e julgamento.....	137
3.1.2.	Recolhimento de multas processuais	139
3.2.	Das Varas de Natureza Criminal.....	140
3.2.1	Alimentação dos sistemas informatizados	142
3.3.	Dos Juizados Especiais	154
3.3.1.	Juizados Especiais Cíveis e de Fazenda Pública	156
3.3.2.	Dos Juizados Especiais Criminais	160

Capítulo 4 – DAS SECRETARIAS DAS VARAS	163
---	-----

4.1.	Dos Diretores de Secretaria	163
------	-----------------------------------	-----

4.1.1. Atribuições	164
4.1.2. Atos que podem ser delegados aos demais servidores da serventia.....	169
4.2. Do Expediente e das Rotinas em Geral.....	171
4.2.1. Funcionamento	171
4.2.2. Prática dos atos processuais.....	173
4.3 Cor da Capa dos Autos	175
4.4. Das Anotações na Capa dos Autos.....	179
4.5. Da Numeração das Folhas dos Autos.....	181
4.6. Do Protocolo de Petições e Demais Documentos.....	183
4.7. Da Juntada de petições e de demais documentos	185
4.8. Das Publicações no Diário de Justiça eletrônico – DJe	186
4.9. Dos Mandados.....	188
4.10. Dos Depósitos Judiciais e dos Alvarás de Levantamento de Valores.....	193
4.11. Das Certidões, dos Ofícios, dos Alvarás e dos Demais Documentos	195
4.12. Dos Documentos e dos Feitos Sob Sigilo ou em Segredo de Justiça.....	197
4.12.1. Feitos sob sigilo.....	197
4.12.2. Feitos em segredo de justiça.....	199
4.13. Das Cartas de Guia	201
4.14. Da Consulta e da Carga de Autos	205
4.14.1. Consulta dos autos	206
4.14.2. Carga dos autos.....	206
4.15. Da Baixa no Sistema Informatizado e do Arquivamento.....	209
4.15.1. Cálculo e pagamento das custas finais.....	210
4.15.2. Baixa e arquivamento	210
Capítulo 5 – INSPEÇÕES E CORREIÇÕES JUDICIAIS	213
5.1. Disposições gerais.....	213
5.2. Das Inspeções Judiciais	214
5.2.1. Inspeção extraordinária	219
5.2.2. Inspeção especial.....	219

5.3. Das Correções Judiciais	219
5.3.1. Correição extraordinária	220
Capítulo 6 – DO PLANTÃO JUDICIAL	221
6.1. Do plantão judiciário de primeiro grau de jurisdição	221
6.1.1 Disposições Gerais.....	221
6.1.2. Plantão Judiciário Semanal.....	226
6.1.3. Plantão Judiciário no Período do Feriado Forense.....	226
Capítulo 7 – DOS SERVIDORES SUBORDINADOS À CORREGE-DORIA	229
7.1. Normas gerais.....	229
7.1.1 Dos Deveres.....	229
7.1.2. Dos Elogios	232
7.2. Da apuração disciplinar.....	232
7.2.1. Poder disciplinar exercido pelo Juiz	235
Capítulo 8 – DOS ÓRGÃOS SUBORDINADOS À CORREGEDO-RIA	239
8.1. Da Distribuição.....	240
8.1.1. Redistribuição dos processos	242
8.1.2. Cancelamento da distribuição	245
8.1.3. Outras questões relacionadas à distribuição	245
8.2. Depósitos Públicos.....	249
8.2.1. Bens que não podem ser guardados no Depósito Pú-blico	251
8.2.2 Prazos e procedimentos para a retirada dos bens de-positados.....	252
8.3. Da Guarda de Objetos de Crime	254
8.4. Dos Leilões Públicos Coletivos.....	255
8.5. Das Contadorias-Partidórias.....	256
8.6. Dos oficiais de justiça.....	257
8.6.1. Das Atribuições dos Oficiais de Justiça	257
8.6.2. Da Distribuição, do Cumprimento e da Devolução dos Mandados	259
8.7. Do Recolhimento e do Controle das Custas Processuais.....	262

Capítulo 9 – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 271

Parte III

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Capítulo 1 – O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.....	275
1.1. Composição e funcionamento do TJDFT	277
1.2. Tribunal Pleno.....	280
1.2.1. Funções do Tribunal Pleno.....	281
1.3. Conselho especial.....	284
1.3.1. Eleição para as vagas não providas por antiguidade ..	287
1.3.1.1. Processo eleitoral para o Conselho Especial	287
1.3.2. Substituições dos membros do Conselho Especial.....	289
1.3.3. Funções judiciais do Conselho Especial	290
1.3.4. Funções administrativas do Conselho Especial.....	294
1.3.5. Disposições comuns ao Tribunal Pleno e ao Conselho Especial nas funções administrativas (art. 234 a 366 do RITJDFT).....	298
1.4. Câmara de uniformização	300
1.4.1. Competência.....	301
1.4.2. Esquematizando	304
1.5. Câmaras especializadas.....	304
1.5.1 Regras gerais às Câmaras Cíveis e Criminais.....	306
1.5.2. Câmaras Cíveis.....	308
1.5.2.1. Competência	309
1.5.3. Câmara Criminal.....	311
1.5.3.1. Competência	312
1.6. Turmas especializadas	314
1.6.1 Disposições gerais	315
1.6.2. Turmas Cíveis	315
1.6.3. Turmas Criminais	317
1.7. Conselho da magistratura	317

1.8.	Disposições comuns aos órgãos colegiados	320
1.8.1.	Atribuições comuns dos Presidentes dos órgãos colegiados.....	321
1.9.	As comissões	323
1.9.1	Comissão de Regimento Interno	325
1.9.2.	Comissão de Jurisprudência.....	325
1.9.3.	Comissão de Acompanhamento de Estágio Probatório....	325
Capítulo 2 – DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL, DO PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE, DO SEGUNDO VICE-PRESIDENTE E DO CORREGEDOR DA JUSTIÇA		327
2.1.	Disposições gerais.....	327
2.1.1	Eleição dos cargos de direção (Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente e Corregedor).....	329
2.1.1.1.	Procedimento.....	330
2.2.	Atribuições do Presidente do TJDFT:.....	331
2.2.1.	Atribuições administrativas do Presidente do TJDFT ..	333
2.3.	Atribuições do Primeiro Vice-Presidente	336
2.3.1.	Atribuições administrativas do Primeiro Vice-Presidente.	337
2.4.	Atribuições do Segundo Vice-Presidente.....	339
2.4.1.	Atribuições Administrativas do Segundo Vice-Presidente	340
2.5.	Atribuições do Corregedor da Justiça:.....	340
2.5.1.	Atribuições Administrativas do Corregedor de Justiça .	341
Capítulo 3 – DOS DESEMBARGADORES E DOS JUÍZES SUBSTITUTOS DO SEGUNDO GRAU		345
3.1.	Desembargadores.....	345
3.2.	Posse dos desembargadores.....	345
3.3.	Prerrogativas	347
3.4.	Critérios de antiguidade no Tribunal.....	347
3.5.	Como ocorre o ingresso no cargo de desembargador?.....	349
3.5.1.	Ingresso mediante promoção dos juízes de direito e dos juízes de direito substitutos de segundo grau.....	350

3.5.2. Acesso do juiz de direito e do juiz de direito substituto de segundo grau ao cargo de desembargador	351
3.5.2.1. Antiguidade	353
3.5.2.2. Merecimento	354
3.5.3. Acesso de membros do Ministério Público e de advogados ao cargo de Desembargador	357
3.6. Férias, afastamentos e substituições dos desembargadores.	359
3.6.1. Férias e afastamentos	359
3.6.2. Substituições.....	361
3.6.2.1. Critérios de substituição	361
3.6.2.2. critério de convocação dos juízes de direito.....	363
3.7. Juízes substitutos de segundo grau	368
Capítulo 4 – DOS SERVIÇOS E DO PROCESSO JUDICIAL	369
4.1. Linhas gerais.....	369
4.2. Registro e classificação dos feitos.....	372
4.3. Preparo e deserção	376
4.3.1. Recolhimento do preparo	378
4.3.2. Gratuidade da justiça.....	379
4.3.3. Deserção.....	380
4.4. Distribuição	381
4.4.1. A compensação na distribuição	385
4.4.2. A redistribuição	387
4.5. Relator e revisor	389
4.5.1. Relator.....	389
4.5.2. Revisor	397
4.6. Pautas de julgamento.....	399
4.7. Sessões	402
4.7.1. Linhas gerais	402
4.7.2. Sessões de julgamento	407
4.7.2.1. Horário e funcionamento das sessões	408
4.7.2.2. Publicidade das sessões	409
4.7.2.3. Ordem de julgamento dos feitos nas sessões.	410
4.7.2.4. A sustentação oral	411
4.7.2.5. Procedimento da sessão	413

4.7.3.	Julgamento eletrônico	421
4.7.4.	Decisões e notas taquigráficas.....	422
4.7.5.	Sessões solenes e especiais	429
4.7.5.1.	Sessões solenes:	430
4.7.5.2.	Sessões especiais:	430
Capítulo 5 – DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE.....		433
5.1.	Linhas gerais.....	433
5.2.	Competência originária.....	435
5.2.1.	Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	435
5.2.1.1.	Legitimados	436
5.2.1.2.	Conteúdo da petição inicial	437
5.2.1.3.	Procedimento.....	438
5.2.1.4.	Liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade	441
5.2.2.	Ação Declaratória de Constitucionalidade	443
5.2.2.1.	Legitimados	444
5.2.2.2.	Conteúdo da petição inicial	444
5.2.2.3.	Procedimento.....	445
5.2.2.4.	Liminar em Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	446
5.2.3.	Disposições comuns (ADI e ADC)	447
5.2.3.1.	A decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade e na Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	447
5.2.3.2.	Tabela comparativa ADI e ADC	448
5.2.3.3.	Fluxogramas ADIN e ADC	451
5.2.4.	Reclamação	454
5.2.4.1.	Linhos gerais. As três modalidades de Reclamação previstas no Regimento Interno	454
5.2.4.2.	Reclamação ao Conselho Especial (art. 164)....	455
5.2.4.3.	Fluxograma da reclamação ao Conselho Especial	456
5.2.4.4.	Reclamação (art. 196)	456
5.2.4.5.	Fluxograma reclamação	459

5.2.4.6.	Reclamação no processo penal (art. 232)	460
5.2.4.7.	Fluxograma reclamação no processo penal.....	461
5.2.5.	Intervenção Federal no Distrito Federal e nos Territórios	461
5.2.5.1.	Fluxograma Intervenção Federal	462
5.2.6.	<i>Habeas Corpus</i>	462
5.2.6.1.	Linhas gerais	462
5.2.6.2.	Órgãos competentes para julgar o <i>Habeas Corpus</i>	463
5.2.6.3.	Procedimento.....	464
5.2.6.4.	Fluxograma do <i>Habeas Corpus</i>	468
5.2.7.	Mandado de Segurança	469
5.2.7.1.	Linhas gerais	469
5.2.7.2.	Órgãos competentes para julgar mandado de segurança	469
5.2.7.3.	Procedimento.....	470
5.2.7.4.	Fluxograma do Mandado de Segurança	471
5.2.8.	Suspensão de Segurança.....	472
5.2.8.1.	Linhas gerais	472
5.2.8.2.	Procedimento.....	472
5.2.8.3.	Fluxograma da suspensão de segurança	472
5.2.9.	Mandado de Injunção	473
5.2.10.	<i>Habeas Data</i>	473
5.2.10.1.	Linhas gerais	473
5.2.10.2.	Órgãos competentes para julgar <i>habeas data</i> ..	473
5.2.10.3.	Procedimento.....	474
5.2.10.4.	Fluxograma do <i>habeas data</i>	475
5.2.11.	Ação Rescisória.....	475
5.2.11.1.	Linhas gerais	475
5.2.11.2.	Órgãos competentes para julgar a ação rescisória	476
5.2.11.3.	Procedimento.....	476
5.2.11.4.	Fluxograma da ação rescisória	480
5.2.12.	Protesto, Notificação e Interpelação	480
5.2.13.	Inquérito.....	481

5.2.14. Ação Penal Originária	482
5.2.14.1. Linhas gerais	482
5.2.14.2. Procedimento da ação penal originária	482
5.2.14.3. Fluxograma da ação penal originária	487
5.2.15. Desaforamento.....	489
5.2.15.1. Procedimento.....	490
5.2.15.2. Fluxograma do desaforamento	492
5.2.16. Revisão Criminal.....	492
5.2.16.1. Linhas gerais.....	492
5.2.16.2. Órgãos competentes	493
5.2.16.3. Procedimento:.....	493
5.2.16.4. Fluxograma da revisão criminal.....	494
5.2.17. Representação por Indignidade do Oficialato	495
5.2.18. Da Representação para a Perda da Graduação das Praças	496
5.2.19. Avocatória.....	496
5.2.20. Carta Precatória	497
5.2.21. Conflito de Competência.....	499
5.2.21.1. Linhas gerais	499
5.2.21.2. Procedimento.....	500
5.2.21.3. Fluxograma do conflito de competência	502
5.3. Competência Recursal.....	502
5.3.1 Apelação Cível	502
5.3.1.1. Competência	503
5.3.1.2. Procedimento.....	503
5.3.1.3. Fluxograma da apelação cível	506
5.3.2 Embargos de declaração Cíveis	506
5.3.2.1. Linhas gerais	506
5.3.2.2. Prazo	507
5.3.2.3. Procedimento.....	507
5.3.2.4. Fluxograma dos embargos de declaração cíveis	509
5.3.3. Apelação criminal	509
5.3.3.1. Linhas gerais	509
5.3.3.2. Competência	509

5.3.3.3. Procedimento.....	510
5.3.3.4. Fluxograma da apelação criminal.....	511
5.3.4. Carta Testemunhável	512
5.3.5. Recurso de <i>Habeas Corpus</i>	512
5.3.5.1. Linhas gerais	512
5.3.5.2. Procedimento.....	513
5.3.6. Recurso em Sentido Estrito.....	514
5.3.6.1. Linhas gerais	514
5.3.6.2. Competência	515
5.3.6.3. Procedimento.....	515
5.3.7. Embargos Infringentes e de Nulidade Criminais	516
5.3.7.1. Linhas gerais	516
5.3.7.2. Competência	516
5.3.7.3. Procedimento.....	516
5.3.8. Embargos de declaração criminais.....	517
5.3.9. Agravo de Instrumento	518
5.3.9.1. Competência.....	518
5.3.9.2. Procedimento.....	518
5.3.10. Agravo interno.....	521
5.3.10.1 Competência	522
5.3.10.2. Procedimento.....	523
5.3.11. Recurso Extraordinário e Recurso Especial.....	524
5.3.11.1. Noções gerais	524
5.3.11.2. Procedimento.....	525
5.3.11.3. Recurso extraordinário e recurso especial repetitivo.....	526
5.3.12. Recurso ordinário	527
5.4. Processos incidentes e incidentes processuais.....	528
5.4.1. Incidente de Arguição de Constitucionalidade.....	528
5.4.1.1. Linhas gerais	528
5.4.1.2. Competência	529
5.4.1.3. Procedimento.....	529
5.4.2. Incidente de Assunção de Competência.....	532
5.4.2.1. Linhas gerais	532

5.4.2.2.	Competência	532
5.4.2.3.	Procedimento.....	533
5.4.3.	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).....	533
5.4.3.1.	Linhas gerais	535
5.4.3.2.	Procedimento.....	536
5.4.4.	Exceção e Incidente de Impedimento e Suspeição.....	539
5.4.4.1.	Linhas gerais	539
5.4.4.2.	Procedimento.....	541
5.4.4.2.1.	Declaração de ofício (iniciativa própria)	541
5.4.5.	Incidente de Falsidade	542
5.4.6.	Tutela Provisória nos Processos de Competência Originária e das Medidas Cautelares nos Feitos Criminais ..	542
5.4.7.	Restauração de Autos	542
5.4.8.	Súmula	543
5.4.8.1.	Procedimento para aprovação da súmula.....	545
5.4.8.2.	Revisão da súmula.....	546
5.4.9.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	547
5.4.9.1.	Linhas gerais	547
5.4.9.2.	Procedimento.....	549
5.4.10.	Habilitação.....	550
5.4.11.	Anistia, Graça e Indulto	550
5.4.12.	Reabilitação.....	551
5.4.13.	Exceção da Verdade	552
Capítulo 6 – DISPOSIÇÕES FINAIS		555
6.1.	Disposições gerais.....	555
6.1.1.	Ano Judiciário	555
6.1.2.	Plantão	555
6.1.3.	Delegação de atos	556
6.2.	Dos Prazos.....	556
6.3.	Dados Estatísticos.....	558
6.4.	Divulgação da jurisprudência do Tribunal	558
6.4.1.	Revista Oficial	559

6.4.2.	Súmulas	559
6.4.3.	Diário da Justiça Eletrônico.....	559
6.4.4.	Entidades autorizadas	561
Capítulo 7 – PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	563
7.1.	Disposições gerais.....	563
7.2.	Eleições para os cargos de direção	563
7.2.1.	Disposições gerais	563
7.3.	Eleição de Desembargador e Juiz de Direito para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE)	564
7.3.1.	Linhas gerais	564
7.3.2.	Disposições gerais sobre a eleição para o TRE/DF.....	564
7.3.3.	Procedimento	564
7.3.4.	Fluxograma.....	566
7.4.	Indicação de advogados e de membros do Ministério Público ...	567
7.5.	Provimento dos cargos na magistratura de carreira.....	567
7.5.1.	Nomeação.....	568
7.5.2.	Disposições gerais sobre a Remoção, a Promoção, o Acesso e a Permuta	569
7.5.2.1.	Remoções e promoções	569
7.5.3.	Remoção: critérios e vagas remanescentes.....	572
7.5.3.1.	Juiz de direito substituto de segundo grau	572
7.5.3.2.	Juiz de direito de Turma Recursal	573
7.5.3.3.	Remoção para Circunscrição Judiciária de Brasília ou de competência em todo o Distrito Federal	574
7.5.3.4.	Remoção para as demais Circunscrições Judiciárias.....	575
7.5.4.	Acesso (cargo de Desembargador).....	576
7.5.5.	Promoção	576
7.5.5.1.	Promoção por merecimento.....	576
7.5.5.2.	Promoção por antiguidade	577
7.5.6.	Permuta	577
7.6.	Processo administrativo disciplinar relativo a magistrados.....	579
7.6.1.	Do Procedimento Preliminar	579

7.6.2. Do Processo Disciplinar.....	580
7.7. Penalidades disciplinares	584
7.7.1. Da Advertência e da Censura	585
7.7.2. Da Remoção Compulsória, da Disponibilidade e da Aposentadoria Compulsória.....	585
7.7.3. Da Demissão	586
7.7.4. Do aproveitamento do magistrado em disponibilidade ..	587
7.7.4.1. Procedimento do pedido de aproveitamento ..	590
7.8. Apuração de fato delituoso imputado a magistrado	591
7.9. Verificação de invalidez.....	592
7.10. Procedimento de acompanhamento de estágio probatório	594
7.10.1. Avaliação de desempenho.....	595
7.10.2. Avaliação qualitativa.....	597
7.10.3. Avaliação quantitativa.....	598
7.10.4. Instrução do processo e obtenção de informações	598
7.10.5. Manifestação do juiz vitaliciando.....	599
7.10.6. Envio semestral dos autos aos membros da Comissão de Acompanhamento de Estágio Probatório	599
7.10.7. Decisão do Tribunal Pleno sobre o vitaliciamento	600
7.10.8. Procedimento da demissão	600
Capítulo 8 – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	601
8.1. Atos normativos do TJDFT.....	601
8.2. Greve servidores Competência das Câmaras Cíveis	602
8.3. Disposições transitórias	603
GLOSSÁRIO.....	605
BIBLIOGRAFIA	621